

--- Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta da Taxa de Imposto a aplicar no IMI, Derrama e IRS para dois mil e nove;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento de Venda de Lotes – Parque Tecnológico;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo entre o Município de Óbidos e o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Patrimonium EM;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Requalifica EM;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Atribuição de Apoios Sócio-Educativos aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico;-----

--- Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa Crescer Melhor;-----

--- Ponto número nove – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas;-----

--- Ponto número dez – Contrato-Programa entre o Município de Óbidos e a Óbidos Patrimonium EM, para conhecimento;-----

--- Ponto número onze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Transferência para o Património Municipal do Trecho da EN Cento e Catorze entre os Kms catorze mais quinhentos e vinte e três mais seiscentos e noventa;-----

--- Ponto número doze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número treze – Período fora da ordem do dia.-----

Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia, Joaquim Elias Timóteo Carlos e Victor Manuel Leal Pedras, o qual foi substituído pelo Senhor Deputado Alexandre dos Santos Ferreira.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu

início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número quatro, de trinta de Junho do corrente ano, a qual foi aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Carta do Grupo Municipal do PSD, informando que o Senhor Deputado Victor Manuel Leal Pedras não pode estar presente e solicitando a sua substituição; Boletim referente ao mês de Junho da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Carta da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses sobre o manifesto em defesa da escola pública; Carta do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, acusando a recepção de ofício sobre a localização do novo Hospital Oeste Norte; Ofício do Governo Civil de Leiria sobre a campanha “Solidários até à Medula”; Carta do Grupo Parlamentar do PSD, acusando recepção de moção; Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre transferência de competências no âmbito da Educação; Convite da Sociedade Filarmónica Gaeirense e carta de Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha sobre o computador que nunca foi furtado, à qual irá ser dada resposta oportunamente. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

--- PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado José Oliveira disse que se revê e fica satisfeito em pertencer ao Grupo de Deputados do Concelho de Óbidos do PSD. O Concelho tem desenvolvido e tem crescido. Agradeceu ao Município pelos eventos realizados, designadamente o Mercado Medieval e o Festival de Ópera. O Mercado Medieval foi mais um sucesso, tendo ficado obcecado pelo mesmo. É também uma grande forma de financiamento das Associações do Concelho. Sobre o Festival de Ópera relevou os seus cenários fantásticos e a sua descentralização. Em relação ao Complexo Escolar de Óbidos disse que o mesmo foi inaugurado, tendo ficado perplexo, porque só viu um Deputado do PS na mesma, tendo o povo comparecido em massa. Disse que no dia dezanove do corrente mês saiu um comunicado do PS com o título “Contraditório”, tendo feito uma leitura resumida do mesmo. Informou que a Câmara Municipal esteve sempre representada em todas as reuniões com o Governo, no âmbito do programa de acção do oeste, pelo que o que lá está escrito é mentira. Só vê críticas por parte do Grupo Municipal do PS. Informou também que o Governo atribuiu um prémio de mérito turístico ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. O fecho das empresas nos Concelhos vizinhos, tem afectado a população do Concelho de Óbidos, dado que a maior parte da mesma trabalha nesses Concelhos. No Concelho de Óbidos só tem conhecimento do encerramento de uma empresa. O desemprego no Concelho não cresceu. O Ministério da Educação não contribuiu para a construção do

Complexo Escolar de Óbidos. O dinheiro veio através do QREN. O posto de transformação que foi construído naquela zona justifica-se, dado o desenvolvimento que a mesma está a ter.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço leu a comunicação que a seguir se transcreve: “Passou-se mais um ano. Sendo esta a primeira reunião da Assembleia Municipal depois das férias de verão, entendemos fazer um pequeno balanço da actividade desenvolvida, lançando pistas para o novo ano autárquico em que agora estamos. Embora não se possa, nem seja conveniente, dissociar a actividade da Câmara do desempenho da Assembleia, que, cumprindo a sua missão, acompanha e fiscaliza as actividades daquela, entendemos, para maior clareza, separar a nossa intervenção em dois momentos. Um primeiro, sobre o que tem vindo a ser feito ou não pela Câmara Municipal; um segundo, sobre a actividade desta Assembleia. O último ano, está recheado de tudo quanto se pode fazer, de melhor e de pior. Um – Com efeito, assistimos a uma notável organização de eventos culturais, com particular elogio para o Festival de Ópera e Junho das Artes. Foi também comemorada interessantíssimas outras exposições. Foram inaugurados o Museu de Abílio Mattos Silva e o Centro de Design de Interiores Maria José Salavisa. Outros eventos ocorrem, certamente dignos de destaque, mas que serão evidenciados pelos instrumentos de gestão habituais da Câmara, designadamente o seu relatório. Ao invés, é duvidoso falar de respeito pelo património se, displicentemente, a Câmara deixa degradar o Aqueduto dos Arcos de uma forma tal que nos interrogamos se o mesmo não estará em risco de ruir no próximo inverno? Ou se o Campo dos Arrifes, à entrada da Vila, continua a apresentar a imagem degradante de um estaleiro com toda a espécie de máquinas e latas? Porém, o acto mais escandaloso da degradação do património, diga-se, Monumento Nacional, é o que se passa com os quatro capitéis renascentistas do frontal da entrada principal da Igreja de Santa Maria. Construídos em pedra de Ançã, colunas e capitéis têm vindo naturalmente a esboroar-se ao longo dos séculos. Para quem sempre tem dito que o maior perigo dos mega eventos é o receio de atentarem contra a qualidade de vida da população e os monumentos da Vila, o actual estado das coisas obriga a não calar a situação. É que se chegou ao ponto de um dos capitéis estar reduzido a metade, envolvidos, como estão, em fios eléctricos em plástico amarelo, que alguém ali colocou não sabemos bem para quê. Se o IGESPAR não passa por ali todos os dias, os membros da Óbidos Patrimonium passam concerteza. Se nada se fizer, os capitéis desaparecem a curto prazo. Por outro lado, já lá vão dois anos que foi anunciado, com grande apresentação pública, um Plano de Pormenor da Vila do qual até hoje não se reconhece qualquer andamento. Inaugurou-se o Complexo Escolar de Óbidos, equipamento que fazia muita falta e que está muito

funcional e esteticamente interessante. Contudo numa época em que as preocupações ecológicas imperam e numa Vila que se apregoa Eco-Vila, esqueceram-se fragorosamente obrigações legais relacionadas com a eficiência energética naquele edifício. Para remediar este esquecimento, para o qual felizmente alertou o Vereador José Machado, na sua declaração de voto em sessão de Câmara, gastaram-se trezentos e noventa mil euros a mais. As preocupações ecológicas devem ser genuínas e não uma mera bandeira de “marketing”. Efectivamente, anunciar, apregoar, sem qualquer contenção, projectos inexequíveis a curto prazo, é sem dúvida contraproducente. Na verdade, assistimos à apresentação pela Câmara de uma catadupa de promessas. Sabendo-se perfeitamente que, muitas delas não são concretizáveis no período desta legislatura. Desde um Teatro Auditório na encosta Poente do Castelo, à TV Municipal “online”; desde um Centro de Apoio às Vítimas, até Várias Bienais de Antiguidades, de Prata e outras; além do anúncio de Central Local de Tri-Geração e da Universidade do Carbono. Tudo tem sido apregoadado sem se vislumbrar a sua realização a curto prazo. Acresce ainda, neste afã de realizações e projectos, em que muitos ficam pelo caminho, a Câmara aprovou uma Taxa Voluntária de Turismo para restauração e hotelaria a qual, de tão polémica, nunca passou à prática. Os projectos devem ser pensados, reflectidos, para depois serem bem executados. Se assim não for, a credibilidade vai-se. Dois – No que concerne à actividade desta Assembleia. Não podemos deixar de criticar a intervenção exagerada e monopolizadora do Senhor Presidente da Câmara, que deixa para um plano secundário os deputados municipais da bancada do seu partido, que, eles sim, deveriam ser os protagonistas dos trabalhos deste fórum. Aliás, não poderemos esquecer o lamentável episódio ocorrido em Junho último, em que, três meses após decisão da Câmara e desta Assembleia num sentido, a Câmara apresentou, apenas três horas antes da reunião da Assembleia Municipal, uma proposta de deliberação que revogava a anterior alterando a suspensão do PDM, ao contrário do já decidido. Tudo isto invocando uma deliberação camarária que ocorreu “a posteriori”, e tudo isto com o respeitoso Ámen da Maioria do PSD, que votou favoravelmente a proposta sem sequer ter tido conhecimento prévio do seu teor. Lamentável prova de desconsideração para com este órgão. Três – Vamos entrar agora em novo ano autárquico, que precede as próximas eleições. Gostaríamos de o fazer com toda a dignidade, como os destinos do Concelho e o saudável debate político assim o exigem. Pedimos um maior respeito pela actividade da Assembleia Municipal, com envio em tempo das propostas, para que possamos também em tempo preparar as nossas intervenções. Ao Executivo queremos chamar à atenção de que tantas promessas anunciadas e não cumpridas, acrescidas de várias trapalhadas jurídicas,

podem conduzir à descredibilização e ao desprestígio da Autarquia. Queremos que a Câmara continue a ser uma casa prestigiada e credível, como tem sido. Só que, a continuar nesta senda de propaganda jornalística e de atropelos processuais de duvidosa legalidade, vemos com apreensão que se corra o risco de resvalar para um tipo de autarquia que passe a ser olhada como uma Comissão de Festas, sem o respeito e a dignidade que vem mantendo há anos e queremos preservar. Exige-se, pois, desta Câmara, uma política de menos publicidade, de mais verdade, e sobretudo maior rigor com a concretização do que é realmente importante. Os interesses do Concelho de Óbidos e dos Obidenses assim o exigem. O Grupo Municipal do PS.”.---

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o PSD e o PS continuam na mesma. O PSD utiliza a Assembleia Municipal para dar louvores à Câmara e o PS elogia o que está bem, crítica o que acha que está mal e fiscaliza o Executivo. Respondeu ao convite que lhe foi endereçado para a inauguração do Complexo Escolar de Óbidos, tendo emitido algumas opiniões, não podendo comparecer por motivos de ordem particular. Em relação aos comunicados do PS que aparecem no blog, disse que é uma forma de emitir opiniões acerca da vida do Município. Em nenhum comunicado do PS está escrito que a Câmara não compareceu às reuniões com o Governo no âmbito do programa de acção do oeste. Está escrito que o Senhor Presidente da Câmara não esteve presente nas reuniões com o Governo. É pouco edificante o Senhor Presidente da Câmara dizer na Comunicação Social que se recusa sentar à mesa com um Ministro. A decisão de mudar o aeroporto foi tomada por todos os membros do Governo e não por um só Ministro. O Senhor Presidente da Câmara e da ADRO não se reúne com o Governo para discutir o programa de acção do oeste, mas foi a Vilamoura receber um prémio. Os dados do INE são elucidativos da criação e dissolução de empresas no Concelho de Óbidos. Não foi o Ministério da Educação que participou o Complexo Escolar, foi o QREN, que é aprovado e negociado pelo Governo.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que é amiga do Senhor Deputado José Oliveira e ambos querem o melhor para o Concelho. Quando o Senhor Deputado fala em mentira, não pode falar da mesma maneira, porque não acredita que quando ele faz intervenções, esteja a mentir, como ele não vai acreditar que alguma coisa que ela diga, o faça por mentira. Tem uma visão diferente, que é pura. Sobre o comunicado disse que o mesmo não refere que a Câmara não esteve presente. Diz que o Senhor Presidente da Câmara não esteve presente nas reuniões com o Governo e que consideram que não houve um empenhamento institucional que se exigia. As questões do desemprego, que vêm nos comunicados, foram lançadas pelo Senhor Presidente da Câmara. Numa entrevista ao Expresso referiu que antes de dois mil e

um apenas existiam em Óbidos eventos religiosos. É falso, porque havia o Festival de Música, as Bienais e outras. Os dados de Julho apontam para quatrocentos e quatro desempregados no Concelho de Óbidos, em vez dos duzentos mencionados na entrevista, que são mais do que à quatro anos atrás. Os rácios do desemprego estão a subir mais do que os do Oeste. Em Óbidos havia o rácio de quatro, ponto, cinco em Novembro passado e neste momento está em cinco, ponto, três. Espera que as acusações não se voltem a repetir.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que a água preta continua a correr, junto à Barragem do Rio Arnóia. Já lá existe um ecossistema muito importante. Perguntou se a Câmara já fez mais alguma coisa para acabar com a poluição, dado que em anterior sessão da Assembleia Municipal foi dito que o seu foco era proveniente de um matadouro. Pediu informações sobre as obras do Centro de Saúde e Junta de Freguesia de A dos Negros e qual a data prevista para o seu início. Perguntou se a Câmara já tinha uma utilização prevista para dar à escola primária de A dos Negros e jardim de infância. Por último solicitou informações sobre a situação do Centro Histórico.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que está escrito o que disse sobre o programa de acção do oeste. Na AMO ficou com a responsabilidade de representar os Municípios num pacote chamado competitividade territorial. Foram marcadas várias reuniões de trabalho, tendo comparecido praticamente a todas, com os vários Ministérios envolvidos. A sua entrevista ao Expresso foi positiva para Óbidos. Nunca o ouviram anular qualquer iniciativa do Município de Óbidos. Nunca fez a divisão de antes e depois de dois mil e um. Os números do desemprego não são da responsabilidade do Município, tentando este, trazer mais empresas para o Concelho, com o objectivo de diminuir o mesmo, criando mais emprego. Não compreendeu a alusão feita ao prémio que recebeu. Não fez nenhuma nota de imprensa, limitando-se a distribuir a que foi elaborada pelo Governo. Não tem culpa de o Governo aplaudir a Câmara pelo turismo, pela política cultural, pela dinâmica e pelo exemplo que estão a dar ao país. O prémio é do Concelho e da transformação que começaram em dois mil e um. Ficou desiludido com a decisão do Governo em relação ao aeroporto. Houve um atraso nos projectos do Centro de Saúde e Junta de Freguesia de A dos Negros. As obras vão começar o mais rapidamente possível. As escolas de A dos Negros não ficam por utilizar.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que não gostava de ouvir os termos e a forma como os Senhores Deputados da oposição se dirigiam à bancada do PSD. Os números do desemprego não têm a ver com a realidade do Concelho. O Senhor Presidente da Câmara é uma pessoa com coragem, responsável e até hoje nunca o

ouviu retratar-se, ou dar o dito por não dito. O mesmo não dirá do Ministro Mário Lino. Uma pessoa que diz: “Jamais um aeroporto em Alcochete”, mudou e mantém-se, está apresentado. Visitou o Mercado Medieval e gostou. Isto mostra o modelo de desenvolvimento cultural do Concelho, que tem o apoio da Câmara, bem como de toda a população de Óbidos, de outros Concelhos e do Governo, ao atribuir a medalha. Só o PS local é que não vê, devendo-se tal facto a questões eleitorais. Perguntou que fundos é que vêm para Óbidos, por causa da questão do aeroporto.----

--- O Senhor Deputado José Oliveira pediu à Senhora Deputada Cristina Rodrigues para ter cuidado com o que escreve. O financiamento do Complexo Escolar veio da medida um, ponto, cinco do terceiro quadro comunitário, através de um projecto elaborado pelo Município. Em relação à declaração de voto do Senhor Vereador José Machado, mencionada na comunicação do Grupo Municipal do PS, compreende que fique preocupado com os trezentos e noventa mil euros, porque ele preferia, possivelmente, que os dois milhões não viessem, evitando assim, o Município de Óbidos, de gastar a quantia acima mencionada.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estão muito para além da relíquia do passado, do castelo, do património. Estão a procurar criar alianças no sentido de mais uma vez reforçar o centro histórico. O património não é só o castelo e está cansado dessa imagem de Óbidos. Também não querem que a percepção do exterior seja apenas de um património vivo, cheio de eventos, com a capacidade de ligar a cultura à economia. Querem que as pessoas olhem para Óbidos e percebam que é uma terra que fabrica ideias. O pacote chamado economias criativas vale mais de trinta milhões de euros de investimento directo, para um conjunto de outros projectos num total de largas dezenas de milhões de investimento. A CCDR disse que se em Junho houvesse uma adjudicação feita de uma obra importante, a Unidade de Gestão aprovaria essa obra. O apoio ao Complexo Escolar do Arcos nasceu assim. Havia um projecto base e garantiram sessenta e cinco por cento, fosse qual fosse o valor da obra. Começaram a obra com projectos a serem desenvolvidos em simultâneo. O Senhor Vereador José Machado sabe que tiveram um exercício rigorosíssimo e escrevem a dizer que houve uma gestão danosa. A Câmara Municipal merece, neste processo, ser elogiada pela sua gestão financeira. A eficiência energética do complexo está assegurada. Não aceita críticas que não tenham uma base verdadeira, uma base rigorosa e uma base objectiva. Tiveram de deixar outras obras de lado, porque a prioridade era a Educação.-----

--- O Senhor Vereador José Machado, em defesa da honra, disse que o Senhor Deputado José Oliveira não devia ter lido, ou se leu, foi muito apressadamente, a declaração de voto constante da acta da reunião da Câmara Municipal. Vai enviar o

texto completo, tendo a certeza, que o Senhor Deputado, depois de o ler, terá opinião diversa daquela que formulou. Sempre defendeu aquilo, que do seu ponto de vista, é benéfico para o Concelho e apenas chamou a atenção, face a vários erros técnicos que havia, sendo natural a existência dos mesmos, numa obra daquela envergadura. Chamou à atenção dizendo que devemos aprender com os nossos erros e com os dos outros e sobretudo não os repetir em duas obras idênticas, que vão arrancar em breve. Votou contra os trabalhos a mais que não estavam justificados, como centenas de candeeiros a cento e muitos euros, em substituição de outros de valor mais baixo, quando existem candeeiros no mercado com bom rendimento energético, de valor muito mais baixo. Pediu elementos e eles não existiam na Câmara Municipal. Há debilidades, fraquezas e imperfeições nos serviços. Houve erros do ponto de vista energético e de gestão. Há aspectos muito positivos que apoia. Há um conjunto de problemas de arquitectura que espera que sejam ultrapassados.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que é legítimo dentro dos partidos, as pessoas terem entendimentos diferenciados. Perguntou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal teria disponibilidade para entregar uma cópia da comunicação que foi feita pelo Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, relativamente à atribuição da medalha de mérito turístico, para depois o PS fazer a comparação com a que foi distribuída pelo Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal. Existem três graus de medalhas de mérito turístico. Pensa que o comunicado do Gabinete do Secretário de Estado faz referência à categoria da medalha de mérito, e isso depois não é referenciado no comunicado do Gabinete de Imprensa do Município. O prémio foi atribuído a mais dois Autarcas. Perguntou ainda se a Câmara Municipal, deste Governo, recebeu ou não, mais do que um cêntimo, para o projecto relacionado com a política de educação do Município. Ainda relacionado com o mérito turístico, disse que as dormidas turísticas no ano de dois mil e sete, em Peniche, foram mais setenta mil do que em Óbidos. Referindo-se à intervenção do Senhor Deputado José Capinha, disse que a bancada do PSD começou a sessão da Assembleia Municipal a utilizar várias vezes a palavra mentira, sendo que nenhuma das vezes que utilizou o termo mentira, para se referir ao PS, fosse depois de demonstrar a mesma. Relativamente à Feira Medieval disse que deu um pequeno contributo para uma estrutura do Concelho de Óbidos. Convive, quando pode estar em Óbidos, com um cidadão humilde. Não vai a óperas, com bilhetes oferecidos, ou não, onde estão os fotografos. Não conhece o Ministro Mário Lino.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que ouvia o Senhor Deputado Luís Carvalho, como uma pessoa preocupada com o Concelho. Agora não ficou com essa ideia e quer todos a lutar para o mesmo lado.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA DE IMPOSTO A APLICAR NO IMI, DERRAMA E IRS PARA DOIS MIL E NOVE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e vinte e oito, de dezanove de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta da Taxa de Imposto a aplicar no IMI, Derrama e IRS para dois mil e nove.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a proposta é clara. Desceu onde podem e mantêm onde precisam. Desceram no IRS, lançam quatro por cento. Não lançam cinco, porque não haveria qualquer cobrança do imposto no Município. Mantêm a eliminação da derrama. Não é possível ainda baixar mais o IMI.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a proposta é clara. Desceu onde podem e mantêm onde precisam. Desceram no IRS, lançam quatro por cento. Não lançam cinco, porque não haveria qualquer cobrança do imposto no Município. Mantêm a eliminação da derrama. Não é possível ainda baixar mais o IMI.-----

--- O Senhor Deputado José Oliveira disse que gostava de ser esclarecido sobre o ano a que respeita a aplicação da proposta.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que no ano transacto o IMI tinha descido. Era importante saber quanto é que vale uma redução de zero, ponto, dez por cento do IMI e quanto é que vale a redução de um por cento de IRS. Se se fizesse uma redução total de cinco por cento, relativamente ao IRS, o não recebimento, por parte da Câmara Municipal, andaria à volta de trezentos mil euros, o que significa que, por cada ponto percentual que se reduz relativamente à cobrança do IRS, a Câmara Municipal deixaria de receber à volta de oitenta, noventa mil euros. Disse que o Grupo Municipal do PS propõe que o IRS fosse reduzido à totalidade dos cinco por cento. Perguntou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha noção de quanto é que, nos últimos anos, a receita de IMT aumentou no âmbito do Município.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal aprova são as taxas, que serão comunicadas às Finanças, a aplicar durante o ano de dois mil e nove. Como o apuramento dos dados do IRS só se fará no primeiro semestre de dois mil e dez, o benefício só é sentido pelas pessoas nesse ano. Estão a iniciar uma política de atracção de pessoas que já têm casa em Óbidos, para mudar a sua residência fiscal para este Município. Pretendem aumentar a receita do Município. Quando se pretende aumentar a receita fiscal, produzindo uma baixa de impostos, significa que estão a ser eficientes.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o ganho fiscal pode ser ao nível de muitos outros impostos, que são também impostos municipais, sem ter receita directa ao nível do IRS. Se eram iniciativas do ponto de vista do IRS, com a intenção de trazer pessoas para a Concelho, as mesmas não ficam isentas de pagamento total de impostos, uma vez que passarão a pagar muitos outros, que são cobrados pelo Município.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta da Taxa de Imposto a

aplicar no IMI, Derrama e IRS para dois mil e nove, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “PS propõe redução de cinco por cento no IRS em Óbidos – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor da Proposta da Taxa de Imposto a aplicar aos impostos municipais e IRS para dois mil e nove, em sessão de trinta de Setembro de dois mil e oito, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – O Grupo Municipal do Partido Socialista de Óbidos congratula-se com o facto de a nova Lei das Finanças Locais, aprovada pelo Governo, ter permitido que Concelhos como o nosso tenham visto acrescidas as suas competências para a definição de efectivas competências de política fiscal, acentuando a responsabilização do poder local na arrecadação de receitas, não se satisfazendo apenas com a mera realização da despesa. Dois – Em dois mil e sete a Câmara Municipal anunciou um conjunto de medidas que visam atenuar a pressão fiscal sobre os contribuintes sendo a prova de que o Município vive uma situação financeira com folga, como aliás os números bem mostram, colocando a Câmara Municipal de Óbidos (que não o Concelho de Óbidos) entre as cinco que mais receita recebem dos impostos locais per capita de todo o país (em especial de IMI e de IMT). Três – Para o ano de dois mil e nove a Câmara Municipal decidiu propor uma redução em quatro por cento no IRS a todos os contribuintes do Concelho. Quatro – Entende o PS que, à luz dos dados financeiros conhecidos, com aumentos muito substanciais das receitas provenientes dos imposto sobre os imóveis e suas transacções, que poderia a Câmara Municipal ter dado o passo já dado por outras Câmaras do país, algumas sem as folgas financeiras de Óbidos, para retirar o máximo permitido por lei, cinco por cento, ao IRS dos cidadãos do Concelho. De facto tal medida teria um impacto insignificante no orçamento da Câmara mas seria um excelente contributo para algum alívio financeiro das famílias do Concelho. Cinco – Na Assembleia Municipal aliás o PS desafiou o Sr. Presidente da Câmara a informar qual o montante recebido através do IMT em dois mil e sete e qual o montante recebido pela Câmara ao nível do IRS. Pergunta que ficou sem resposta porque bem sabe o Sr. Presidente que a diferença na receita destes dois impostos para a Câmara é incomparável. Em trinta de Setembro de dois mil e oito. O Grupo Municipal do Partido Socialista de Óbidos.”.-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE VENDA DE LOTES – PARQUE TECNOLÓGICO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e vinte e nove, de dezanove de Setembro do corrente ano, remetendo

para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento de Venda de Lotes – Parque Tecnológico.-----

--- O Senhor Deputado José Oliveira disse que no final do artigo dezassete, ponto três, do regulamento, devia ser acrescentado “no Parque Tecnológico”, para que uma empresa não compre o terreno e o venda a seguir. Deve ser solicitado um mapa de quadro de pessoal do ano anterior às empresas.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que Óbidos é também todas as freguesias do Concelho, incluindo a de A dos Negros, não tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal dado respostas concretas às perguntas que lhe foram formuladas. As cláusulas décima oitava, décima nona e vigésima primeira do regulamento são contra quem vai adquirir lotes no Parque Tecnológico. O regulamento protege excessivamente os interesses da Câmara, desprotegendo os empreendedores. Lamentam a não aprovação da adenda proposta pelo Senhor Vereador José Machado.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que no artigo décimo, número dois, o prazo de reclamação devia ser alargado em mais dez ou quinze dias.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o prazo de reclamação não é muito importante. Têm uma perspectiva de celeridade. O regulamento tem uma preocupação de controlo e de segurança. No futuro o regulamento pode ser alterado e aperfeiçoado se se vier a verificar que se estão a distanciar muito dos objectivos. Não existe intenção de criar problemas às empresas. São autorizados oito lotes, existindo mais, e essa comercialização, como diz o regulamento, será definida em concreto pelo gestor do terreno. Querem seleccionar as empresas que vão para o parque.-----

--- O Senhor Deputado João Loureço disse que o regulamento devia ser mais pormenorizado e as regras do jogo mais clarificadas, designadamente as condições.---

--- O Senhor Deputado José Oliveira disse que as empresas que concorram têm intenção de se fixar em Óbidos, de ter cá a sua sede, para trazer mais gente, criando assim um crescimento empresarial e pessoal.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que quando dizem “a sede” é para salvaguardar que as empresas sejam fictícias.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Regulamento de Venda de Lotes – Parque Tecnológico, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSEFA DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e trinta, de dezanove de

Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Protocolo entre o Município de Óbidos e o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado louvou a descentralização. Chamou à atenção para a funcionalidade do edifício, designadamente o estacionamento e falta de espaço que as crianças têm para brincar. O edifício tem umas vidraças imensas, que não são muito compatíveis com jogar à bola. As crianças precisam de espaço. Por certo a Câmara tem alguma solução para ajudar a resolver estas questões de funcionalidade. Gostou do edifício. O protocolo é ambicioso e exequível. Promove o sucesso e a inclusão da escola na restante comunidade. Queria saber se o Gabinete de Educação integra algum professor, algum representante do pessoal não docente ou algum representante dos pais. Perguntou se o Gabinete de Educação propusesse um projecto e a escola decidisse não aplica-lo, por não ser pertinente ou exequível, o Gabinete deixaria de actuar ou havia alguma posição de supremacia de uma parte em relação à outra.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a preocupação da Câmara Municipal foi abrir a escola no primeiro dia de aulas, com o essencial para o seu funcionamento. Os fornecedores atrasaram-se na entrega do material. As outras questões, sendo importantes, poderiam ser resolvidas e executadas nas semanas seguintes, Tem quatro pátios que protegem as crianças por ciclos, e cada pátio serve no máximo cinco salas. Estão a aumentar a dimensão dos pátios mais pequenos. Estão a chegar os equipamentos de animação. Os vidros não se partem facilmente. É preciso humanizar a escola, preencher os corredores, tirar o eco, etc.. São as pessoas que lá estão que vão ter de construir verdadeiramente a escola. Estão a gastar mais de um milhão de euros na educação em despesa corrente e em despesa de investimento são verbas muito maiores. Estão a falar de um investimento muito alto. Estão a oferecer à escola condições de apoio aos professores. Não estão a criar um gabinete dentro da escola que vai ser uma soma com outros gabinetes. Querem ter equipas com competências definidas. O gabinete é para apoiar os professores, para a exclusão social dentro da escola. É preciso ter outros professores mais especializados. Não há representantes de professores.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que a proposta é muito mais ambiciosa. Fala de um trabalho de parceria.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho propôs que fosse dado conhecimento do protocolo através do sítio da internet da Câmara Municipal.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Protocolo entre o Município de Óbidos e o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, posta à votação, tendo sido

aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ÓBIDOS PATRIMONIUM EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e trinta e um, de dezanove de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Patrimonium EM.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que analisando a proposta de estatutos de acordo com a nova legislação empresarial local, o prazo que está previsto na lei não está ainda esgotado. Não se justifica que as alterações que foram feitas tenham demorado praticamente o limite máximo do prazo dado para alteração dos estatutos.--

--- O Senhor Deputado João Lourenço chamou à atenção para o facto do artigo décimo, alínea c), exorbitar o que diz o artigo quinto. A alínea l) do artigo quinze é demasiado vaga.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que as alterações agora feitas, podiam ter proporcionado a fusão das duas empresas.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que transformaram as empresas municipais, com um processo de controlo, de tutela, que não existia, e ninguém fala disso. Têm o bom do direito privado na flexibilidade que a lei ainda dá, mas o Município passa a ter poderes que até aqui não existiam. Nunca foi apresentada uma proposta séria para a fusão das empresas. Uma excessiva concentração desfocaliza e isso mata a capacidade executiva do ponto de vista operacional.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho perguntou o que muda na vida das empresas por mudarem de nome, bem como sobre o controlo que as mesmas vão ter.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que sabem que a lei impõe determinado tipo de modelo. Têm sido coerentes em relação às empresas, podendo existir só uma.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse para se fazer um ponto numa futura ordem de trabalhos, a fim de aprofundar as questões relacionadas com as empresas.---

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não era apenas mudar. Vailhes permitir fazer o que quiserem desde que seja um objectivo do Município e aprovado pelo mesmo.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Patrimonium EM, posto à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.---

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ÓBIDOS REQUALIFICA

EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e trinta e dois, de dezanove de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Requalifica EM.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a sua intervenção era igual à que fez no ponto anterior e que se dá por reproduzida.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que no artigo terceiro devia estar indicada a sede da empresa.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Requalifica EM, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.---

--- PUNTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SÓCIO-EDUCATIVOS AOS ALUNOS DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil cento e setenta e quatro, de dezassete de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Regulamento de Atribuição de Apoios Sócio-Educativos aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento de Atribuição de Apoios Sócio-Educativos aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA CRESCER MELHOR: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil cento e setenta e quatro, de dezassete de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa Crescer Melhor.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa Crescer Melhor, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E TARIFAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil setecentos e noventa e cinco, de vinte de Agosto do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas.-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho esclareceu que a Proposta de Alteração teve o voto contra do Senhor Vereador José Machado, antes de ser colocada à discussão pública. Posteriormente, voltou novamente o assunto à reunião de Câmara, não tendo havido unanimidade de todos os membros da Câmara, porque o Senhor Vereador estava ausente. Disse que as taxas são de valor muito elevado e perguntou qual era o motivo.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara reunida no dia dezasseis de Junho aprovou a Proposta por unanimidade. Os valores da água já vigoram há cerca de quatro anos e é uma mera divisão aritmética com base na aplicação da Lei doze, barra, dois mil e oito, que obrigou os serviços a fazerem leituras mensais. Não há aumento do valor da água. A água é colocada nos reservatórios pelas Águas do Oeste a zero cinquenta e quatro centimos. A Câmara Municipal cobra a zero quarenta e dois centimos. Não estão a contar com o trabalho dos operadores, com as roturas e com o aumento de custos resultantes do envio de facturas. Com esta Lei, têm que ter mais leitores. A factura engloba a água, o lixo, o saneamento e a cota de serviço.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e quatro votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZ – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A ÓBIDOS PATRIMONIUM EM, PARA CONHECIMENTO: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil quatrocentos e oitenta e sete, de vinte e três de Julho do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Contrato-Programa entre o Município de Óbidos e a Óbidos Patrimonium, EM.-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho acha que é uma iniciativa bastante importante, tendo felicitado a Câmara Municipal pelo facto. Só um mês depois de ser aprovado é que veio à Assembleia Municipal, o que contraria a Lei.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que estas coisas podem levar em resvalar para uma descredibilização que não se pretende. É preciso haver rigor.-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho pediu que houvesse rigor.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO ONZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O PATRIMÓNIO MUNICIPAL DO TRECHO DA EN CENTO E CATORZE ENTRE OS KMS CATORZE MAIS QUINHENTOS E VINTE E TRÊS MAIS SEISCENTOS E NOVENTA: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil trezentos e vinte e um, de dez de

Julho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Transferência para o Património Municipal do Trecho da EN Cento e Catorze entre os Kms catorze mais quinhentos e vinte e três mais seiscentos e noventa.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço perguntou porque é que só agora o assunto vem à Assembleia Municipal, dado que o ofício das Estradas de Portugal foi enviado à Câmara Municipal em vinte e seis de Janeiro de dois mil e sete.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que só vem agora porque as Estradas de Portugal disseram que ia haver uma empreitada de tratamento do pavimento. Estiveram a aguardar que a mesma estivesse concluída, para dar andamento ao processo.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Transferência para o Património Municipal do Trecho da EN Cento e Catorze entre os Kms catorze mais quinhentos e vinte e três mais seiscentos e noventa, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DOZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado Vítor Mata disse que o documento não fala na Freguesia de A dos Negros. Informou que neste período se realizou a Festa de Santa Maria Madalena, em A dos Negros, a Festa do Espírito Santo, na Sancheira Grande, ambas centenárias, entre outras. Houve também uma tarde de teatro, na Sede da Freguesia e um festival de folclore em Sancheira Grande. Enumerou ainda outros eventos que se realizaram. Gostaria que no futuro não se esquecessem de mencionar na informação a referida Freguesia.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço agradeceu e louvou o envio da lista dos processos judiciais pendentes. Parece-lhe, à primeira vista, que não há nada de extraordinário.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PONTO NÚMERO TREZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas e quinze minutos do dia um

de Outubro do corrente ano. E eu Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----